

TORNAR-SE MÃE NUM PRESÍDIO: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO POTENCIAL

Isabel da Silva Kahn Marin¹

Introdução

Este artigo é fruto das reflexões desenvolvidas a partir das supervisões realizadas para estagiários do 5º ano do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que cursam o Núcleo “Intervenções Clínico-Educacionais junto à Criança e ao Adolescente - Constituição da subjetividade e cidadania”, e realizam um trabalho junto a grávidas e mães que aleitam seus bebês em penitenciárias.

Esse núcleo tem como objetivo preparar o estudante de psicologia para a atuação junto a instituições e projetos sociais sob uma perspectiva educacional, de forma a promover o desenvolvimento e o bem-estar físico, psíquico e social das crianças e dos adolescentes.

Para tal finalidade é preciso entender a criança em seu contexto social, levando em consideração as relações em que a mesma se insere enquanto sujeito com necessidades próprias. Busca-se também problematizar as questões cruciais que se apresentam em projetos de prevenção desenvolvidos em situações de extrema vulnerabilidade.

1 Psicóloga, Psicanalista, Doutora em Psicologia Clínica – PUC/SP; Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Vice-presidente da ABEBE (Associação de Estudos sobre o Bebê); Professora, pesquisadora e supervisora clínica/institucional do Curso de Psicologia da FACHS da PUC/SP nas áreas da infância, juventude e família. Responsável pelo Aprimoramento Clínico Institucional de Casal e Família, oferecido pela Clínica Psicológica “Ana Maria Popovic” da PUC/SP. Supervisora clínica e institucional de profissionais envolvidos em programas de atenção à saúde, educação, assistência e justiça. Contato: Rua Capote Valente 439/113. Tel.:11-30811-829. belkahn@gmail.com.

A experiência dentro de um presídio com mães e bebês traz radicalmente a vivência da violência e as dificuldades e desafios de se buscar significações para rupturas e faltas, dentro de um sistema legítimo, ético e que resgate laços de solidariedade e respeito humano.

Torna-se, portanto, um desafio, encontrar parâmetros para a intervenção com as mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade no momento de sua gestação, ou no acompanhamento de seu puerpério quando estão com seus bebês, visando garantir a saúde mental desses futuros cidadãos.

A mulher gestante que se encontra na situação de privação de liberdade tem o direito de ficar com o seu bebê durante o período de aleitamento materno (180 dias) garantido pela Constituição Federal de 1988, (Artigo 5-L-CF) e pela L.E.P (Lei de Execução penal V. Art. 89, Lei 7.210/84, alterado pela Lei n.11942/2009).

A psicologia aponta que se deve garantir uma segurança básica para a constituição subjetiva que usualmente está referida à presença da mãe, sendo que a gestação é o momento em que se funda esse processo. Fortalecer esse momento é essencial, considerando inclusive que o bebê poderá permanecer com sua mãe durante os primeiros seis meses de vida, condição estabelecida por Lei.

Dentro desse cenário mostra-se de grande importância que se garanta uma estrutura que proporcione uma permanência saudável tanto para mãe como para seu bebê durante esse período. De acordo com o art. 89 da Lei Nº. 7210/84, as penitenciárias femininas teriam que ser dotadas de seções para gestantes e parturientes, porém, na prática, o que se vê é que a grande maioria das penitenciárias carece desse tipo de ambiente.

Sob essa perspectiva vigora uma parceria entre o Curso de Psicologia da PUC e a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de S. Paulo (SAP), particularmente junto a Coordenadoria de Saúde da pasta, desde o ano 2000, quando estagiários do referido núcleo realizaram um trabalho inicialmente na Penitenciária Feminina da Capital e em seguida no antigo Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa

(CAHMP)², instituição reservada para o nascimento e amamentação dos bebês, no chamado 'Trânsito Amamentação', visando acompanhar as gestantes e puérperas para dar suporte a esses vínculos primordiais mãe/bebê.

Com o fechamento do CAHMP em maio de 2009, as atividades dos estagiários foi interrompida e foi então que houve uma proposta intermediada pela Coordenadoria da Saúde para se realizar um trabalho na Penitenciária Feminina de Santana (PFS), junto ao Programa de Atenção Integral à Saúde - Grupo de Gestantes, que se desenvolveu por dois anos. Em 2012 retomou-se a proposta de estágio junto a gestantes e pares mãe-bebê que se encontravam na Penitenciária Feminina da Capital(PFC).

Demandas e pressupostos do trabalho. Primeiras impressões

Foi a diretora da PFC da época (2000) que demandou à universidade a contribuição para que se pensasse como seria possível garantir que os bebês que teriam por força da lei que ficar com suas mães para o aleitamento não fossem prejudicados por estarem “presos”, além de prepará-los para que a separação, que ocorreria forçosamente aos 4 meses, não fosse traumática (o tempo previsto para licença amamentação era de 4 meses, naquele momento).

Apesar de admitir não estar convencida de que isso seria uma medida saudável para o bebê, estava disposta a desenvolver o trabalho da melhor forma e por isso queria contar com a retaguarda teórico-técnica que a academia poderia oferecer.

Nesse contexto desenvolveu-se a parceria com a PUC-SP acima relatada. Um grande desafio se colocou para as pesquisas que desenvolvíamos na universidade voltadas para projetos de prevenção e atenção à primeira infância, por mais paradoxal que parecesse atuar nesse contexto.

Logo de início deparava-se com muitos preconceitos. A imagem

² Instituição subordinada à Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e à Secretaria da Administração Penitenciária, localizado na Penitenciária Feminina do Butantã. Inaugurada em 2005, essa unidade funcionou até meados de 2009, quando foi desativada.

idealizada e romantizada da relação mãe-bebê não combinava com a representação de um ambiente com grades e muito menos a ideia de mulher bandida-mãe. A agradável surpresa de encontrar bebês muito saudáveis, risonhos, com desenvolvimento psicomotor amadurecido para sua faixa etária, sinais visíveis de segurança básica e autonomia, criava um visível contraste com os funcionários do sistema penitenciário, para quem trabalhar nessa realidade era quase um castigo.

Parecia que quanto mais as mães podiam sonhar para seus bebês a liberdade que elas almejavam, mais ameaças e mais hostilidades eram mobilizadas nos funcionários, que lamentavam não estar em unidades masculinas ou mesmo em presídios onde não havia bebês.

Podíamos inferir que a valorização do vínculo mãe-bebê e, conseqüentemente, da mulher “bandida” era perturbadora para os agentes penitenciários. Sabe-se o quanto um bebê mobiliza a ternura mas também o sentimento de desamparo das pessoas, que frente à sua fragilidade temem não serem capazes de dar conta das demandas incessantes e muitas vezes enigmáticas do bebê. Isso pode não apenas desestabilizar as representações e defesas que colocavam as mulheres presas do lado do mal, mas também justificar as práticas muitas vezes distorcidas do sistema penitenciário. A delicada questão dos direitos humanos em relação à população carcerária se fazia mais aguda nesse contexto.

No entanto, precisávamos de alguns parâmetros para justificar uma proposta de estágio que apoiasse o desenvolvimento de um projeto de acompanhamento às gestantes e puérperas dentro do sistema penitenciário de forma a garantir os direitos tanto das mulheres quanto das crianças.

A importância da amamentação e do vínculo afetivo com a mãe para o desenvolvimento do bebê parecia ser consenso, mas a questão da separação era entendida como muito sofrida e prejudicial tanto para as mães, quanto para os bebês depois. Orientada pela psicanálise, lembrava que a separação é condição para subjetivação, desde que se crie a transicionalidade necessária para que o bebê suporte a descontinuidade de ser com sua mãe e a partir de suas competências possa investir em outros objetos, ou seja, no mundo.

Foi importante retomar as análises propostas no trabalho FEBEM, Família e Identidade - O lugar do Outro, (Marin, 2010), ao discutir as alternativas para as crianças institucionalizadas e privadas da convivência com seus pais:

A perda, a falta e a separação não são em si o problema para a formação da identidade, aliás, podem ser até os determinantes, porém o que importa é a possibilidade de sua significação e a condição para simbolização (...). Se acreditarmos que é a partir da falta de ser que o sujeito pode manifestar seu apelo, viver seu desejo, orientar-se e fazer sua própria história, é preciso deixar surgir esse espaço da falta. Não se deve apenas preencher totalmente a criança, mas também permitir que ela questione sua origem, fale de seu abandono, entenda quem está ocupando os lugares de proteção e apoio, e ao mesmo tempo de **limite e ordem**, e para onde deve seguir seu destino. Essas são as possibilidades de lhe dar condições para ser um sujeito autônomo. (p.61e 62).

Em outras palavras, isso significa suportar a castração, função parental essencial para o processo e subjetivação. Esse ponto levava também a uma questão instigante, em relação à condição dessas mulheres que provavelmente haviam transgredido a lei justamente por terem dificuldades de se submeter às regras e frustrações que lhes eram impostas. Seríamos capazes então de promover um espaço potencial ³ onde a transicionalidade fosse sustentada, para que a perspectiva do corte e da separação pudesse ser antecipada e, de certa forma, valorizada como espaço de crescimento e abertura para o mundo e autonomia?

Orientadas pela concepção winnicottiana da relevância em se possibilitar a criação de objetos transicionais para a constituição da subjetividade, parecia-nos interessante utilizar esse recurso para nos aproximar e iniciar um trabalho. Ocorreu-nos propor a montagem dos *Livros do Bebê*, nos quais se poderia materializar o investimento das

³ Esse conceito é desenvolvido nos capítulos “Objetos transicionais e fenômenos transicionais” e “O brincar: uma posição teórica” em *O Brincar e a Realidade*, de D W Winnicott. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

mães nesses filhos, que passariam a ter um registro de suas histórias, de seu crescimento, de seus projetos de vida. Esse livro poderia acompanhar o bebê quando este se separasse da mãe, de certa forma representando-a junto ao bebê, e poderia seguir sendo o registro da história de vida do pequeno futuro cidadão.

Ao propormos que pensassem e/ou se comprometessem com esse projeto de vida, essas mulheres forçosamente deveriam recuperar os seus próprios projetos, o que muitas vezes passava por ressignificar o crime, o que não era sempre desejável para muitas delas. Também fundamental nesse processo era retomar a rede social-afetiva significativa dessas mães, uma referência para seus bebês, preparando-os para sua saída. Muitas delas haviam rompido as relações com suas próprias famílias e decidir sobre o futuro do bebê ou mesmo falar de sua história implicava retomar sua própria história familiar.

O mesmo se dava em relação aos pais de seus filhos, e sabemos o quanto a função paterna é condição para que o corte da relação simbiótica mãe0bebê se dê de forma consistente. Função paterna é entendida aqui como um terceiro que se coloca entre a criança e seu cuidador, de forma a convocar a criança a renunciar as suas satisfações, instituindo-se na diferença como separada do adulto cuidador.

Portanto, recuperar a história dessas mulheres e de sua rede de suporte significativa era fundamental para que a história dos bebês pudesse ser fundada e sustentada por suas mães, para que eles pudessem ser convocados como sujeitos e convidados a participar de seu mundo e de sua cultura, assegurados pelo afeto e continência de suas mães.

A possibilidade de os filhos serem acolhidos por sua rede familiar após o período de convivência com sua mãe seria a saída desejável, mas se isso não fosse possível sempre haveria a alternativa do acolhimento institucional, o que não significaria para a mãe perder o poder familiar sobre seu filho, desde que ela não renunciasse a isso e se ocupasse de sustentar o vínculo com seu ele, mesmo que de dentro da prisão.

Considerando as histórias de vida dessas mulheres, a passagem ao ato infracional e as condições de vulnerabilidade marcadas pelo contexto de privação de liberdade, pareceu-nos fundamental garantir

espaços de escuta, continência e reflexão favorecendo o mais frequente compartilhamento de depoimentos possível, para que elas pudessem sustentar o investimento nos seus filhos, participando da construção de seus projetos de vida.

Dessa forma imaginamos propor atividades grupais tanto de cunho dinâmico — visando trabalhar as principais questões trazidas pelo grupo, possibilitando a troca de experiências, de sentimentos e angústias comuns, o seu acolhimento e organização —, quanto de implicação na atividade de potencialização dessa população enquanto mães, a partir do recurso à construção de objetos transicionais (objetos construídos por elas, a serem levados pelos bebês na separação, simbolizando esse importante momento e ajudando a elaborar as angústias daí advindas, como por exemplo: móveis, brinquedos, porta-retratos, e álbuns do bebê).

Sob esses princípios norteadores foi possível organizar a proposta de estágio que foi se desenvolvendo desde 2000, em diferentes unidades prisionais femininas na cidade de São Paulo, sempre adaptadas à realidade e demandas locais, e que subsidiam as análises que se seguem. Sempre se garantiu a realização de grupos com as mães e seus bebês e com as grávidas, cujos objetivos gerais eram: (i) fortalecer o vínculo mãe-bebê, considerando sua importância para o desenvolvimento da criança, (ii) valorizar os atores institucionais em relação ao seu lugar de destaque frente à promoção de saúde da mãe e seu bebê, e (iii) mobilizar a rede de sustentação afetivo-social da dupla mãe-bebê, visando garantir a convivência da criança com sua comunidade, como lhe é de direito. Mais especificamente pretendia-se:

- Valorizar e responsabilizar as gestantes para que desenvolvessem a maternidade da melhor maneira possível, garantindo que se constituíssem enquanto referência para esse filho que iria nascer
- Promover um espaço de reflexão sobre a relação mãe-bebê que propiciasse a construção de projetos para ambos
- Trabalhar com as mães a temática da separação de forma a elaborar melhor a perda e preparar seu filho para ir para o mundo

- Possibilitar que as mulheres se apropriassem das histórias de vida, considerando suas diferentes características e personalidades
- Estimular a amamentação, a brincadeira, a conversa, o olhar, o toque e outros investimentos afetivos entre a mãe e o bebê.
- Encontrar nesse sistema possibilidades interessantes de pertinência para a mulher e seu bebê, assim como resgatar a rede de pertinência existente fora da instituição
- Valorizar o ambiente institucional e todos que o compõem como responsáveis por garantir a sustentação necessária para a constituição subjetiva e saúde mental dos bebês.

Como estratégia de intervenção para o desenvolvimento do projeto propunha-se grupos semanais com duração de uma hora e meia, durante o tempo de permanência das internas na instituição; conversas individuais, quando necessário, e conversas com a coordenação e os funcionários que trabalhavam diretamente com essa população. As atividades realizadas incluíram:

- Construção do Livro do Bebê, com informações sobre o bebê e a mãe (fotos, como cuidar, a rotina da criança, história de vida de cada um).
- Trabalhar e resgatar a questão da figura da mãe e mulher. Para tal, foram propostas atividades de reflexão, técnicas de massagem, atividades artísticas, etc.
- Uso de músicas infantis, construção de brinquedos, confecções de decorações infantis na tentativa de tornar o local mais lúdico.
- Aproveitar propostas e sugestões trazidas pelas mulheres, possibilitando as trocas de conhecimento.

Essas atividades visaram trabalhar as principais questões trazidas pelo grupo, possibilitando a troca de experiências, de sentimentos e angústias comuns, o seu acolhimento e a sua organização.

Tecendo o trabalho: encontros entre a teoria e as vivências. Espaços potenciais.

Entendemos que os primeiros meses de vida são de extrema importância para o desenvolvimento físico e emocional do bebê. Esse período inicial é fundamental para a construção da subjetividade da criança, uma vez, que a estrutura psíquica do sujeito se constrói na estreita e íntima relação entre a criança e sua mãe durante os primeiros anos de vida. É essencial, portanto, que se estabeleça um vínculo afetivo, criado pela familiaridade e proximidade com as figuras parentais no início da vida. É importante ressaltar que a história do bebê começa muito antes de seu próprio nascimento. Dar espaço para que essa história seja lembrada, investida e resgatada se mostra um aspecto relevante para se determinar o lugar que essa criança ocupará, fator que se mostra fundamental para a singularidade do sujeito que nasce. É esse lugar que cada criança ocupa em suas respectivas famílias o responsável pela singularidade, aspecto essencial para o desenvolvimento psíquico.

Esse lugar deve ser entendido em sua dimensão metafórica - não se trata somente de um quarto, um berço ou um nome, mas de ocupar uma posição subjetiva, de fazer uma diferença com sua chegada, de modificar posições familiares estabelecidas até então. É um lugar pleno de determinações também simbólicas. Cada bebê que chega vem dar seguimento a uma família que tem história de várias gerações. Além de sua herança genética, herda também - simbolicamente - os acontecimentos, as experiências significativas vividas por seus familiares e antecedentes, cuja história vem dar continuidade. Nessas determinações, seu sexo, suas feições, a ordem de seu nascimento - em relação aos irmãos de sua própria fratria ou à de seus pais -, as circunstâncias da gravidez, do parto, e do puerpério, vão construir elementos importantes de uma combinatória que

resultará justamente em um lugar particular que determinará a forma como será esperado, como serão interpretadas suas manifestações, como será tratado, ou seja, as diversas significações que receberá para poder ir entendendo que acontece com o seu corpo, ir decifrando tanto o seu mundo interno quanto seu mundo externo (BERNARDINO, 2006, p. 26).

A partir disso considera-se a gestação, assim como a relação do par mãe-bebê nos primeiros meses de vida, períodos privilegiados de investimento, transmissão de uma história e aquisição de um lugar que dizem respeito à chegada do bebê. Isso não deveria ser diferente no contexto da prisão, o que nos levava a buscar a sustentação possível para a complexidade desse processo num ambiente aparentemente hostil a processos de criatividade, ternura e esperança.

As pesquisas e os aportes teóricos que buscam compreender a dinâmica dos primórdios da constituição subjetiva, particularmente da gestação e do bebê, contribuíram muito para encorajar a prática nessa realidade.

A gestação

O tempo de gestação é um tempo de elaboração necessário para a construção do bebê no imaginário da mãe. Segundo Aragão (2008), a mãe passa a se relacionar com um objeto virtual que diz respeito a uma relação particular que esta estabelece com o bebê em seu ventre. Essa relação de objeto virtual é um “processo dinâmico e adaptativo que envolve o conjunto de comportamentos, afetos e representações em torno do embrião e do feto” (Aragão, 2008, p111).

A gestação é um período no qual a mulher se prepara para a relação objetal, o que envolve o tempo, e espaço e a identificação. A relação com o objeto virtual vai do extremo do investimento narcísico da mãe, momento em que quase não há investimento objetal, até a emergência progressiva de um

investimento objetal. Ou seja, a mãe vai aos poucos construindo um bebê em seu imaginário, o que será a matriz de todo o desenrolar posterior da relação de objeto, quando seu bebê imaginário tiver dado espaço a um bebê real, de carne e osso.

Todo esse processo não se dá sem angústias, dúvidas, expectativas e ansiedade. Os mitos em torno das necessidades especiais das mulheres grávidas, que não podem ser contrariadas e devem ter seus desejos satisfeitos, nada mais são do que mecanismos culturais de apoio ao processo ambivalente que é a espera de um novo chegante. Por mais que os avanços da tecnologia ofereçam a ilusão de controle e certeza (imagens ecográficas cada vez mais perfeitas, recursos para prever patologias, má formações do bebê, etc.), quem será o bebê que vai nascer segue um mistério. O medo e a dúvida sobre a capacidade de ser uma boa mãe também. Suportar, portanto, o tempo da gestação gera muita ansiedade. “Toda criação de um outro humano envolve a violência do encontro com o outro e envolve o risco de jogar-se numa empreitada para a qual não se tem garantia, apesar de todos os progressos da medicina e da ciência atual”.(ARAGÃO, 2011).

Isso evidencia como é essencial a capacidade de lidar com o ainda por vir, e, portanto, com o inédito, o desconhecido, o que leva tempo para se apresentar. Na atualidade, onde a temporalidade parece estar marcada pelo instantâneo e as ilusões de controle são quase realizadas, a exposição ao desconhecido é vivida de forma muito ansiosa, muitas vezes insuportável.

Pode-se pensar que o processo de antecipação imaginária fica comprometido, o que traz questões importantes sobre os efeitos disso no psiquismo nascente do bebê. Podemos imaginar como esse processo se torna particularmente difícil para a mulher encarcerada. Ela não tem o apoio de sua rede familiar e social, e nem sempre consegue o atendimento médico desejado. Como muitas mulheres contemporâneas, expressam que só teriam sossego se pudessem fazer ultrassom todos os dias, e ter um médico de plantão para responder a todas as sensações que mais se manifestam como patologias do que como a vida de um bebê, de “um estranho em mim”.

Dessa forma, o espaço grupal sustentado por uma escuta acolhedora e atenta na penitenciária constitui-se num ambiente privilegiado para se pensar

o bebê imaginário e investir na criança que está por chegar. As conversas e reflexões proporcionadas pelo coletivo são uma forma de dar suporte às mães, uma vez que a vivência de sofrimento ocasionado pelo encarceramento e seus desdobramentos podem ser dificultadores de um maior investimento da mãe em seu filho.

Questões como o afastamento da família; a incerteza de seu futuro na instituição (principalmente das mães que ainda não foram sentenciadas); a vivência num ambiente sentido como ameaçador; o medo de se vincular ao filho e depois ter que se separar, pelo menos temporariamente; o medo e/ou culpa por eventualmente serem ou terem sido usuárias de drogas e comprometerem a saúde dos bebês, entre outros, são fatores que podem comprometer o investimento no filho, pela mãe.

Outro ponto importante a salientar diz respeito ao fato de que, durante a gravidez, ocorre uma construção antecipatória do reconhecimento da alteridade do bebê, o que pode ser marcado por momentos de alternância de aceitação e rejeição, vivenciados por grande parte das gestantes como crise. Enquanto o bebê cresce no ventre da mulher, seu próprio psiquismo passa por transformações, sendo que só aos poucos ela vai abrindo espaço em seu psiquismo para o bebê. O sentimento de si e o de seu próprio espaço psíquico se alteram para conter um outro estrangeiro dentro do seu próprio corpo e na sua vida. (Aragão, 2010).

A ambivalência desse processo põe em cheque o suposto amor incondicional que a mãe tem por seu bebê. No contexto da prisão, esse processo se faz ainda mais difícil, pois a manifestação de dúvida ou conflito quanto à capacidade de dar conta de dar sustentação a um bebê é rapidamente entendida como expressão da perversão da mulher, ou resposta a uma história de violência que deve ser negada.

Pôde-se observar, ao longo dos grupos realizados, uma grande dificuldade de algumas gestantes de perceberem seus filhos na barriga e se colocarem no papel de mãe e sonhar com a chegada do bebê, conferindo um lugar especial para o filho. O fato de estarem num grupo, desenvolvendo atividades conjuntas com outras gestantes, e até mesmo com outras mães que estavam com seus bebês - construindo álbuns, pensando no nome a ser

escolhido e seu significado, medindo barrigas ou o tamanho de bebês ou fazendo e recebendo massagens –propiciou essa possibilidade de antecipação imaginária e acolhimento à estrangeiridade do bebê. Em outras palavras, permitia que o tempo da gestação se constituísse como “um esboço da criação de um espaço psíquico materno constitutivo de um suporte no qual o bebê possa advir como um ser subjetivado, e não mais como um ser biológico somente” (Aragão, 2011, p.40). Podia-se assim pensar o bebê e sua chegada. Era o ponto de partida para pensar seu destino.

A gravidez, por outro lado, caracteriza-se como um período extremamente fértil para a produção imaginária, permitindo a retomada de posições infantis, edípicas em relação às imagens parentais, com ênfase particular nas questões de sexuação, retomando os percalços da relação da menina com a mãe dos primeiros tempos. (Aragão, 2011). A possibilidade de organizar grupos mistos com gestantes e mães que já estavam com seus bebês possibilitou uma troca muito rica entre as mulheres, uma vez que cada uma estava vivendo diferentes etapas da maternidade, permitindo, assim, o compartilhamento entre elas nesse período que engloba um processo complexo, circundado por constantes mudanças. As gestantes se mostravam mais sensíveis a retomar essas relações mais primitivas, que muitas vezes vinham sendo negadas devido ao seu afastamento da família em função do crime, ou por vivências muito sofridas e conflituosas.

O fato de serem incentivadas a retomar a história familiar para acolher seu bebê e pensar seu futuro era, muitas vezes, motivo de resistência para as mães. Isso se fez muito evidente no período de trabalho no CAHMP - Trânsito Amamentação. Apesar de lá existir um espaço organizado no sistema penitenciário para acolher mães e bebês, mais protegido do que nas grandes unidades, as mulheres perdiam suas referências sociais e familiares por estarem afastadas de seu local de origem. Ficavam como que submersas na maternidade, que, por um lado, podia parecer sublime,, mas, por outro, trazia sérios riscos de despersonalização, colocando inclusive riscos para a saúde psíquica do bebê.

O bebê e sua mãe.

A identificação da mãe com seu bebê é fundamental para que ela se envolva com a criança, fornecendo-lhe apoio, cuidado, amor e significando, assim satisfazendo as necessidades do bebê. Winnicott, pediatra e psicanalista inglês cuja obra volta-se especialmente para a relação inicial mãe-bebê e seus efeitos na constituição no aparelho psíquico, afirmava claramente o papel fundamental da mãe na determinação do psiquismo que se constitui. Esse autor chama de “mãe suficientemente boa” aquela que consegue suprir as necessidades do filho. Em 1956 teorizou sobre o estado de “Preocupação Materna Primária”, momento especial e peculiar em que a mulher grávida se encontra, estendendo-se até semanas após o parto. Esse estado diz de uma condição psicológica em que a mulher se encontra em um estado de sensibilidade aumentada durante, e especialmente, no final da gravidez e primórdios da vida do bebê.

Essa Preocupação Materna Primária, segundo o autor, permite à mãe identificar-se com o seu bebê, conseguindo adaptar-se a ele e responder as suas necessidades de modo delicado e sensível. Para o desenvolvimento desse estado, que de certa forma pressupõe um “adoecimento progressivo,” uma espécie de enlouquecimento, Winnicott pontua a necessidade de a mulher “estar saudável”, no sentido psíquico, tanto para entrar como para sair desse estado, visto ser ele passageiro e temporário, porém essencial. As mães que conseguem atingir esse estado são capazes de fornecer uma adaptação “suficientemente boa” às necessidades do bebê. Outras mães, contudo, permanecem identificadas com o bebê, por um tempo maior, não retornando a sua vida integralmente, nem correspondendo às crescentes demandas do filho, portanto acarretando prejuízos emocionais tanto para ele, quanto para ela. Esse ponto deve ser particularmente observado e cuidado no contexto da penitenciária, pois o risco de a mãe “grudar-se” a seu filho como única alternativa de existência é grande.

Dentro dessa lógica, é de extrema relevância ter-se um enfoque e um olhar acerca da importância da amamentação nesses primeiros meses de vida, pois a relação do bebê com o seio é uma das formas mais privilegiadas de investimento, troca e construção do vínculo tão essencial da díade mãe/bebê. Contudo, é fundamental recuperar o que entendemos desse momento, para

não reduzi-lo a um encontro total boca-seio.

O bebê, após ser acometido por uma tensão advinda do momento do nascimento, investirá toda sua pulsão na relação oral – de extrema importância para a constituição subjetiva da criança – que estabelecerá com o seio. Outro aspecto relevante que se coloca é a importância de propiciar outros lugares de investimento da mãe com o bebê para que, posteriormente, possa se dar a separação dessa dupla (por lei, no caso das mulheres presas, após os 6 meses). Ou seja, deve-se destacar a importância do investimento materno no momento da amamentação – centrado na relação do bebê com o seio – para que, mais tarde, esse investimento possa ganhar outras configurações, e que outros objetos possam ser investidos.

Abordar esse tema é, em primeiro lugar, validar a importância do outro na relação com o bebê para o surgimento do sujeito psíquico. Referir-se à necessidade de um outro, não quer dizer ser uma máquina de prestação de cuidados, mas a alguém com um interesse e um investimento especial por esse bebê, para que ele se sinta investido e desejado.

Sob essa perspectiva, é fundamental propiciar um ambiente em que esse investimento seja potencializado, olhado e até construído de modo a permitir que os medos, desejos e os afetos das mães em relação aos bebês possam ter espaço de elaboração, fator essencial para o fortalecimento do vínculo da díade mãe/bebê. O olhar para a questão da amamentação se mostra fator crucial, indicativo da qualidade do laço estabelecido entre a dupla, uma vez que o contato entre os corpos durante a amamentação mostra-se como ambiente privilegiado de investimento, de circulação de afeto entre a mãe e o bebê.

Ao fazermos uma pesquisa convencional, nos moldes médico-científicos, acerca do tema da amamentação, encontramos, com frequência, inúmeros dados que indicam as vantagens e os efeitos da amamentação em relação à saúde orgânica do bebê. Esse fato é comprovado por meio de estatísticas que apontam baixas taxas de mortalidade e morbidade infantis quando as crianças são alimentadas no seio. O discurso científico privilegia as qualidades nutritivas e imunológicas do leite materno, deixando de lado os aspectos intersubjetivos da relação mãe e filho, estabelecida no ato de amamentar.

Sem negar a contribuição médica acerca do tema que prioriza os aspectos biológico, imunológico e físico da amamentação, importa ressaltar a relevância dos aspectos psíquico, relacional e intersubjetivo, para, assim, abrir um campo de entendimento que extrapola a prevenção das doenças orgânicas e a função puramente alimentar, da amamentação. Portanto, é importante evidenciar a ligação estrita do processo de amamentação aos fatores subjetivos, sensoriais e afetivos que embora muitas vezes ocorra no plano consciente, na grande maioria dos casos passa por uma ação inconsciente envolvendo a dupla mãe-bebê.

Venho discutindo (2013)⁴ a importância de se instalar um circuito da oralidade, não apenas sob a óptica da relação prazer, envolvendo seio-boca, engolir, preencher, calar, aquietar, pacificar, através de leite, pílulas ou equipamentos mágicos, mas também permitindo a construção de narrativas que transformem as vivências em experiências comunicáveis.

Cuidar do surgimento das palavras, da sua afinação com a experiência vivida, de seu vigor e sentido; cuidar do ouvir, do balbuciar do murmurar, do falar, do cantar, do contar do silenciar; do cuidar, enfim, da experiência inicial com palavras, é condição para o desenvolvimento pleno desse ser simbólico que é o homem. É ter em mente “puericultura, abrangendo as ações de cultivo da palavra e da poesia com a criança pequena.” (Machado, 2012).

Recorro à Etimologia, para reiterar essa proposição que aproxima cultura e colo; do latim: *cultum*, supino de colo, deriva outro particípio: o futuro, *culturus*, o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar. Termo referente tanto às labutas do solo, agricultura, quanto ao trabalho feito no ser humano desde a infância. Também do latim *collum* se origina colo (pescoço), territorialidade da mãe que cuida.

Colo de mãe: braços que sustentam; seios que alimentam as cordas vocais que vibram e a caixa torácica que ecoa acalantos. Sons calorosos, palavras carregadas de sentimentos, pressentimentos, desejos e receios maternos. Colo espaço do corpo da mãe propício à cultura. Mãe intermediadora de cultura transmite elementos do anterior para o posterior, do mundo pré-

4 Texto organizado para a intervenção “Família: dinâmica psicossomática dos vínculos, narratividade e constituição subjetiva”, apresentada em mesa redonda no V Simpósio da Psicossomática Psicanalítica: Integração, Desintegração e Limites, promovido pelo SEDES Sapientia, em S. Paulo, 2013.

existente ao filho, mas também o inverso, do filho para o mundo. Porta-voz do filho pequeno, penetra seu mundo interior e traduz suas necessidades, seus sentimentos, receios de desejos. Embala-o com textos de terror e ternura. Suporta e dá suporte para o até então inominável: vazio, ruptura, desamparo.

Por tudo isso foi fundamental garantir nos grupos de púerperas e gestantes momentos em que se recuperava as cantigas de ninar que conheciam, suas histórias, as histórias que lhes contavam e que gostam de ler/contar... Afinal, como apontam as cantigas de ninar e os contos infantis, o medo do desamparo, que se configura em cucas, bruxas etc., retoma as angústias primordiais do humano, ao se deparar com a impotência frente a perda da ilusão de um colo que ofereceria a segurança total. “Quem canta seus males espanta”... Os pais, ao cantarem, não estariam falando de seus medos também? Precisam do encorajamento para suportar deixar seus filhos crescerem num mundo sem proteção, etc..

Apresentação do mundo/função paterna.

O bebê que vem ao mundo marca um momento inédito; apesar de toda herança que carrega é, por assim dizer, um estrangeiro que pede acolhimento em sua cultura para poder ser civilizado. Propõe-se aqui assumir que o bebê deve se encontrar num ambiente que pensa, apoiado no pensamento de muitos outros que acreditam que ele pensa. Sendo assim, o nascimento de um bebê por si só não torna seus pais pais, nem o bebê um sujeito. A mulher que o pariu será responsável por esse momento fundante de acolhimento, mas precisará descobrir e interpretar as expressões desse chegante para que ele se civilize de acordo com o esperado por todos os que fazem parte de sua cultura.

No caso da penitenciária, a mãe se encontra, num primeiro momento, sozinha para essa tarefa civilizatória. Enfatiza-se, assim, a importância de se propiciar espaços de elaboração e fortalecimento do vínculo da díade, uma vez que, para a mãe ser capaz de se identificar com o seu bebê e poder a conhecer e satisfazer as necessidades dele é importante que a mulher esteja numa condição especial para isso. Condição que a possibilite sentir-se valorizada tanto enquanto mulher, como no desenvolvimento da maternidade e tendo

papel fundamental no destino de seu filho.

Verificou-se que, no trabalho desenvolvido com as mães no presídio, foi essencial propiciar atividades que incentivassem as mulheres a se olharem, que pudessem investir e produzir algo não só para o bebê, mas nelas próprias, considerando que é essencial a mulher estar investida e potencializada para suportar esse lugar de “ser mãe”; afinal, nos primeiros meses de vida, como pontua Winnicott, “não existe um bebê sem sua mãe”.

Julgamos, portanto, que um olhar e um espaço voltados especialmente para a mulher que se encontra na fase de gravidez e puerpério na condição de privação de liberdade são essenciais para que estas se sintam capazes e potentes para desempenhar esse papel tão importante e complexo de adaptação dos pares mãe-bebê nas primeiras semanas de vida do lactante.

Nessa situação, principalmente, em que a sua rede de suporte se encontra, em sua maioria, fragilizada ou ausente, e considerando-se que essas mulheres estão afastadas de suas referências afetivas, de seus/suas parceiras sexuais; que a gestação implicou num processo de regressão psíquica e transformação física para acolher um outro, provocando as angústias já analisadas anteriormente; que elas não dispõem nem mesmo de espelhos naquele espaço, pode-se imaginar que as condições para dar suporte ao bebê estão prejudicadas e que o estado de enlouquecimento provisório pode se tornar mais permanente.

Uma atividade que se mostrou muito potente sob essa perspectiva foi o “cantinho da beleza”, um espaço no grupo em que se disponibilizavam maquiagens, apetrechos para o cabelo, cremes, esmaltes para unhas e espelhos. Apostava-se, assim, que o investimento em si próprias facilitaria sua identificação com o bebê de modo a garantir a continuidade e previsibilidade dos cuidados, fundamental para o desenvolvimento psíquico do lactante nos primeiros meses de vida.

Tal atividade foi notável num dia em que as mães estavam muito excitadas, animadas e felizes, enfeitando umas as outras, tendo praticamente “esquecido” de seus filhos naquele momento, verdadeiramente dedicadas a si, fascinadas consigo mesmas. Os bebês, que ficaram em uma roda no centro, observavam suas mães encantados. Nenhum chorou, ficaram todos tranquilos,

espelhados em suas mães, que estavam também tranquilas.

Na semana seguinte, porém, quando a proposta era fazer a página do livro "Quem é a mamãe", em que deveriam contar quem eram elas para o seu bebê, a atividade foi muito difícil de realizar: as internas apresentaram resistência, dado o momento em que precisavam olhar para si, refletir sobre o seu percurso de vida, suas opções. Tal atividade quase não aconteceu, porque muitas mães não conseguiram escrever nem desenhar sobre si, demonstrando ansiedade e angústia. Os bebês também choraram bastante e ficaram inquietos, espelhados em suas mães. Mas o desafio era não desistir e trabalhar para que a história desse bebê pudesse ser contada e assumida...

Uma mulher que está investida narcisicamente será mais capaz de se apresentar como suficientemente boa, ou seja, suportará acreditar na sua competência para atender as demandas de seu bebê e, portanto, não precisará estar colada a ele para garantir sua potência psíquica. Permitirá que se instale um ritmo previsível de presença e ausência, que dará apenas a ilusão ao bebê de uma continuidade físico-psíquica com sua mãe, garantindo seu sentimento de unidade e integração.

Alternar entre presença e ausência implica que o adulto cuidador confira ao bebê a condição de interlocutor, pois sabe que o bebê pode esperar para ser atendido, acreditando na sua possibilidade de apelo. Estabelecem-se assim os primeiros ritmos para o bebê: sono-vigília, fome-saciedade, etc. Essas são condições indispensáveis para que o bebê adquira sua potência de investir no mundo, acreditando nas relações humanas. São as primeiras organizações para que a simbolização aconteça, revelando que é o apelo (grito, choro, olhada) que traz o objeto, e que ele não é onipresente. São formas de a mãe ir anunciando que ela existe para além do filho, já que não é sua extensão, criando assim a possibilidade de lhe convidar a olhar para o mundo, para além de seu seio.

Winnicott descreve todo esse processo da dependência absoluta para o de dependência relativa, característico do primeiro ano de vida do bebê até que ele consiga atingir o estágio da independência, destacando a importância de o cuidador garantir três condições: (i) a sustentação do sentimento de continuidade de ser para o bebê (*holding*), (ii) manipulações da mãe sobre o

corpo do bebê para atender suas necessidades, mudando-lhe de posição, estimulando-o tonicamente para que desenvolva seu aparelho sensório motor (*handling*), processo que facilita a formação de uma parceria psicossomática na criança, e (iii) a apresentação de objetos, que introduz intermediários entre ela e o bebê, permitindo que ele crie e recrie suas vivências, tornando real o impulso criativo da criança.

Pudemos constatar nos encontros com as mães presas muitas diferenças entre elas em relação a desenvolvimento de tais funções. Algumas estimulavam muito seus bebês, encorajando-os a investir muito nos outros e no mundo. De certa forma desejavam para eles o “mundão”, como diziam. Outras se apegavam aos seus bebês de forma muito fusionada, colocando-os no peito o tempo todo, assim revelando a falta de perspectiva, tanto para si próprias como para eles. Outras ainda não suportavam estar com seus bebês, e preferiam que fossem logo embora.

Embora em alguns casos essas dificuldades revelassem questões subjetivas daquelas mulheres, também foi possível perceber questões institucionais que reforçavam o vínculo estreito da mãe com seu filho ou, ao contrário, contribuía para o desamparo da mulher, impedindo que suportassem acolher seus bebês.

Uma delas diz respeito à carência de atividades, lazer e espaços oferecidos para as mães que se encontram aprisionadas. Elas perdem o direito de trabalhar, por estarem em licença maternidade e, frequentemente, por estarem em espaços especiais, não usufruem as atividades escolares ou culturais que são oferecidas nas unidades maiores.

O trabalho realizado pelos estagiários demonstrou a função essencial de espaços que permitam a elaboração das difíceis questões inerentes à situação da mãe que se encontra em privação de liberdade, para que estas possam ampliar o olhar, foco e interesse para outros aspectos além do bebê. Isso permitirá que elas consigam pensar na rede de suporte para esse bebê, assim como olhar para si mesmas, criando um projeto futuro ao lado dessa criança. Observou-se, em algumas unidades, nem mesmo espaços lúdicos para os bebês são garantidos, pois são penitenciárias que tiveram que se adaptar para receber a nova realidade. Faltam brinquedos, os ambientes físicos nem sempre

são adequados para permitir, por exemplo, que fiquem no chão, de forma a estimular seu desenvolvimento motor, há ausência de playgrounds, o que compromete inclusive a visita de outros filhos, tema que será abordado mais adiante.

Em um grupo em que a discussão sobre a carência de espaços e atividades oferecidas para as mães e bebês veio em pauta, uma mãe disse: “Quando a criança dorme, daí já era, não temos mais nada para fazer”. Foi interessante essa problematização, pois as mães vinham falando com frequência sobre a dificuldade de as crianças dormirem. Entendemos que essa questão poderia se relacionar a um ambiente que está organizado apenas para favorecer uma dedicação exclusiva dessas mães aos seus bebês durante 6 meses, incentivando a fusão total entre os corpos, sem garantir momentos que promovessem intervalos e reflexões acerca do delicado período que antecede a separação.

Winnicott (1958-1990) ensinou-nos sobre a fundamental importância de sustentar a presença na ausência. Assim sendo, é de fundamental importância que a mãe, ou figura substituta, consiga renunciar a oferecer seu corpo como único consolo para o bebê se aquietar. O momento do sono marca, incontestavelmente, a separação dos corpos e anunciaria a capacidade de o bebê estar só. Acalantar um nenê para que durma, se aquiete, durma e sonhe, fora do controle da mãe é uma alternativa interessante.

A solidão cantada nas cantigas de ninar, o terror, o medo, a ausência seriam evocadas para quem? Mãe ou bebê? Lembro de: “nessa rua, nessa rua, mora um anjo, que se chama, que se chama solidão...”. Não é difícil imaginar o quanto, para as mulheres presas, quando são fechadas as celas à noite, a solidão se impõe. Velar o sono do filho traz a condição solitária para quem acompanha alguém que dorme.

Nessa perspectiva poderíamos nos perguntar o que expressam os bebês insones. Ao ocuparem todo o espaço, buscam preenchê-lo forçando a presença permanente do objeto, denunciando que não há afastamento possível. Não há sonho, e as condições para simbolização se tornam precárias. Relembremos os acalantos, onde mesmo evocando o terror e a surpresa, a enunciação da presença/ausência da mãe, proteção/desamparo da criança se alterna em

ritmos previsíveis e repetitivos, tornando-se organizadores da agitação, para a entrega ao sono.

Há um tempo de espera, embalado por um ritmo encantador, que, além de organizar a inquietude e conduzir ao sono, vinca a capacidade de espera em níveis profundos do psiquismo infantil e materno, assim ,fundando a capacidade da esperança. Espera, distância, ausência, condições para a simbolização. E não só para os bebês que terão que se separar obrigatoriamente de suas mães. Vale para todos.

Esses aspectos, muito trabalhados nos encontros com os estagiários, forçosamente traziam as experiências de cada mulher com suas famílias e histórias. Dessa forma ia-se tecendo as possibilidades de sustentar para cada um dos bebês que estavam ali, um projeto de vida, a partir de sua mãe, e que deveria contar com o apoio da rede social mais ampla, pois sabemos que quando a mãe é capaz de ser porta-voz do mundo, este se apresenta como uma atração para a criança.

As conversas, muitas vezes difíceis, eram permeadas pela fabricação de brinquedos, páginas dos álbuns e contação de histórias, que gradualmente deslocavam a posição de bandidas para a de mulheres com potências, que podiam investir e se responsabilizar por seus filhos, mesmo sem os recursos mágicos onipotentes aos quais muitas delas recorriam quando cometiam os atos criminosos.

Era muito frequente nos contatos iniciais que as mulheres se apresentassem ao grupo via crime cometido (“eu sou L., estou aqui por 157, ou “eu sou do Partido tal”), como forma de garantir sua potência e identidade. Falar do potencial bebê ou de seus sonhos de mãe certamente as remetia à fragilidade e dependência. Por isso, nem sempre era fácil falarem de si, de “quem é a mamãe”, contar da família de origem ou de “quem é o papai”, atividades propostas em torno da produção do álbum.

Ao longo do trabalho, à medida que o grupo promovia espaços para pensar em questões como: o que eu imagino para o meu bebê? Que mãe eu fui/sou/ gostaria de ser? Qual foi o meu percurso? Quem eu sou para além do “157” do código penal?, essas questões foram se transformando. As mulheres

começaram a se apresentar como pessoas com um nome e uma história para além do ambiente prisional.

Contudo, na mesma proporção em que a história ia se construindo, mais dificuldades e angústias iam aparecendo. Sustentar a verdadeira história para o bebê que ali estava, entendendo que o fato de a mãe ter-lhe assegurado não apenas a vida, como também um projeto de vida que incluía outras referências que não as própria mãe, as fazia, por exemplo, retomar a maternagem com outros filhos de quem haviam se separado logo ao nascimento, eventualmente criados por avós e sem conhecer a condição da mãe estar presa.

A ideia de poupar o sofrimento, de não poder frustrar seus filhos, além da vergonha e culpa pela situação de aprisionamento, precisava ser enfrentada. Portanto, procurava-se resgatar com elas o sentido do que se vinha discutindo e descobrindo: um bebê que confia na sua mãe é capaz de se vincular ao mundo sem, contudo, perder a referência essencial que o constituiu nos primeiros tempos. Como alerta Mannoni: “O sentimento que um indivíduo tem de seu lugar no mundo está igualmente ligado à maneira como, em sua vida *ele importou ou não para alguma pessoa*, e importou para alguém sem ter precisado, para tanto, apagar-se como sujeito (1982 p.60-61).

Buscava-se assim pensar com elas, por exemplo, o que estariam sentindo seus filhos para quem foi dito que elas haviam viajado, sendo que elas não mais apareciam, uma justificativa muito frequente para explicar a ausência da mãe. Não seria melhor saber que elas estavam impedidas de estar com eles, do que sentir que foram abandonados? Mas isso seguramente remeteria ao crime e à punição, uma vez que o impedimento da presença materna se dava por uma ordem judicial.

Separar a criminosa da mãe nem sempre era fácil. Implicaria na responsabilização da mãe pelos seus atos antissociais, o que não a tornava necessariamente uma mulher incapaz de investir amorosamente em seu filho e se responsabilizar pelo seu destino, implicando-se, inclusive, na sua educação.

É preciso abrir um parêntesis nessa discussão, para dizer da expectativa criada por esse projeto de trabalho junto às mães presas, de que a mulher pudesse, nesse processo, recolocar-se frente à situação de frustração, de

imposição de limites, e, quem sabe, construir um novo projeto de vida para si própria que não reproduzisse o ato criminoso.

Se ela conseguisse suportar a falta do filho sem negar os conflitos e frustrações decorrentes da sua impossibilidade de controlar totalmente sua existência no mundo, assim dependendo de outros que fariam sua função, na esperança de poder retomar seus cuidados diretamente, talvez pudesse se organizar de outra forma que não transgredindo.

Novamente destaca-se aí a importância da troca entre as mulheres no grupo, onde compartilhavam vivências diferentes, nesse sentido. Havia aquelas que, sim, faziam questão de se fazer presentes e recebiam visitas dos filhos, que podiam encorajar as outras sobre a importância do laço entre eles. Gradativamente percebia-se que a possibilidade de fortalecimento do vínculo mãe-bebê sustentado naquele espaço tornava possível imaginar um destino para o futuro bebê “fiado” pela mãe. Sua ausência poderia ser simbolizada, não negada. Conversava-se que, para além do álbum poderia haver cartas, garantia das visitas, comprometimento da mãe nas decisões sobre o futuro da criança, como decidir creche, escola, quem ficaria com a criança, etc. Ampliava-se assim o vínculo mãe-bebê para a relação com outros e mais outros.

A função paterna, como mencionamos, estava garantida assim, por mais doloroso que fosse anunciar o imprevisível e incerto. Aliás, o tema do pai era bastante conflituoso. Estabelecia-se muitas vezes uma confusão entre o próprio pai e o pai da criança, evidenciando a falta que a figura paterna representava. Era fundamental, entretanto, refletir sobre o homem-marido, o homem-pai, o homem-amante, sobre o papel da figura masculina em suas vidas e na vida dos bebês, possibilitando assim a identificação da criança com seu pai, mesmo que ausente.

Isso porque a referência à origem remete a criança a sua posição na genealogia familiar, elemento constituinte de sua subjetividade, marcando a ruptura com o corpo de sua mãe. Françoise Dolto e Caroline Elliachef (1995), psicanalistas francesas, com larga experiência no tratamento de crianças que sofreram rupturas significativas em suas vidas, apontam para a fundamental importância de se falar a verdade de sua história, propondo que “a verdade

colocada em palavras redinamiza” (DOLTO, 1991), trazendo experiências significativas que revelam que o bebê percebe, através das diferenças no ambiente, nos odores, no tato e por meio das sensações de seu corpo, os fatos que ocorrem em sua vida, como a separação em relação à mãe, no caso em questão.

Procuramos discutir ao longo deste texto as condições para que esse corte seja constitutivo e não mais uma violência arbitrária. A evocação da rede significativa para o bebê, que funda sua história, que garante que ele importa para o mundo, pode, sim, ser sustentada pela mãe. Mas isso só é possível se ela também é sustentada. Por isso, é essencial compartilhar todas essas concepções com as equipes técnicas e agentes penitenciários para relativizar a concepção de que amamentação, apenas no sentido do aleitamento, como representado no próprio nome da unidade, Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa (CAHMP) - Trânsito Amamentação garante as condições para o desenvolvimento saudável do bebê. Sustentar espaços para valorização das mulheres, das histórias de vida, dos vínculos significativos é primordial para se garantir, de fato, os direitos de cidadania às mulheres e aos bebês.

Vale lembrar que ter acesso à própria história implica em garantir às mulheres o conhecimento em relação ao andamento do processo judicial, à definição das sentenças, às visitas dos familiares, ao envio das cartas, à localização das famílias, aos pais das crianças, às visitas aos médicos, bem como à articulação com o hospital onde as crianças eventualmente estão internadas quando necessitam de hospitalização.

A esse respeito, um dos temas recorrentes nos grupos com as mães referia-se à angústia por não receberem quase nenhuma informação sobre o estado de saúde de seus bebês quando eram hospitalizados. As presas ficavam muito nervosas pela falta de notícias e por não saberem quando seus bebês iriam voltar. Nem sempre era garantida a atualização das informações, e comentava-se sobre a resistência do hospital em atualizar a contento o estado de bebê. Essa “má vontade” do hospital foi relacionada à “aura que envolve a penitenciária”. Relataram também que as pessoas enxergam a prisão como “lixo social”, que têm medo de qualquer relação com ela e que, por isso, qualquer comunicação era muito difícil.

Outro tema frequente nos grupos, relacionado à questão da rede social, diz respeito ao abrigo. O número de crianças que vai para o abrigo é relativamente pequeno; a maioria são os filhos das mães estrangeiras ou de mães que moram em outros estados, cuja família não consegue recursos para buscar esses bebês e, alguns raros casos, de mulheres que não têm com quem deixar os seus filhos. Ainda assim, o tema do abrigo era recorrente e percebemos que muitos medos e mitos o permeavam.

As internas tinham dúvidas sobre como se dá o funcionamento da instituição, dizendo não confiar na mesma, e não saber nem como funcionava a escolha do abrigo para o qual iriam seus filhos, e tampouco quem seriam seus cuidadores. O abrigo aparecia nos grupos na imagem dos orfanatos, de que as crianças não seriam bem cuidadas, e a possibilidade da adoção como uma certeza.

Discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e direitos da criança acolhida e sua família foram motivos de muitos encontros, assim como o papel do Fórum nos encaminhamentos dos bebês e a importância da implicação da mãe nesses processos. A mobilização da assistente social como mediadora dessas relações se fazia essencial, mas, sem dúvida, a mãe precisa acreditar na importância de seu investimento no filho para insistir na manutenção de seu vínculo com ele, não abrir mão de seu poder familiar, cobrar as visitas, fornecer informações sobre a família extensa, valorizando também sua presença (família) no abrigo e, quem sabe, organizando-se para ficar com a criança.

A partir das questões trazidas pelas detentas em relação ao hospital e aos abrigos pudemos perceber a dificuldade de articulação da penitenciária com a rede social. O presídio apresenta-se para as outras instituições como um lugar de ameaça, ao mesmo tempo em que não busca outra forma de se mostrar e trabalhar, acabando por legitimar o que os outros pensam sobre a população que atende.

Esse distanciamento acaba ocorrendo também com relação aos fóruns em que estão acontecendo os processos das presas. Parte das mães não sabe como está o seu processo, muitas não vêem seus advogados há algum tempo, e pode acontecer de não virem buscá-las quando vão ter uma audiência. Pode-

se perceber que existe uma dificuldade de todo o sistema em trabalhar com esse tipo de população, juntando-se ao bloqueio dificuldade que as próprias detentas têm de olharem para si e de se cuidar.

O papel da instituição nesse processo mostrou-se extremamente importante. Buscar uma maior articulação com os fóruns, com os abrigos, consulados, serviços jurídicos, o hospital para onde podem ir as crianças, mantendo assim uma rede estruturada entre todas essas instituições, é fundamental para garantir a circulação de informações. Isso é condição para um melhor atendimento às mães e seus filhos, uma vez que a falta de informação, muitas vezes, é geradora de fantasias, angústias e medos que podem repercutir de forma negativa na saúde mental dos bebês. Reuniões entre essas instituições podem contribuir para que essa rede de fato se forme.

É notável também a separação e o distanciamento existente entre os atores da instituição. A direção, o setor administrativo, os agentes penitenciários, os enfermeiros, psicólogos, entre outros profissionais, e as detentas, cada um ocupa um papel que está muito distante do outro. A articulação entre eles é pequena e não é constante.

Sob essa perspectiva também se mostrou muito relevante a necessidade de realizar um trabalho com os funcionários das penitenciárias, especialmente com aqueles que lidam diretamente com as mães e os bebês. Considerando que o trabalho dentro de uma penitenciária já é complexo e envolve questões difíceis, no caso deles essa tarefa se torna ainda mais delicada e importante, pois, assim como as mães, todos os funcionários também fazem parte da formação dessas crianças. Muitos dos mitos e resistências já apontados neste texto poderiam ser trabalhados, contanto que se criasse um espaço de escuta e sustentação para esses funcionários, que também são afetados pela complexa dinâmica que envolve a chegada de um bebê.

Queremos ainda ressaltar a importância da participação das detentas no investimento do espaço que as acolhia, de forma a adequá-lo para o acolhimento aos bebês. O fato de muitas penitenciárias ainda não estarem adaptadas para receber as mães e seus bebês fez com que, ao longo do processo do estágio, esses aspectos fossem questionados de forma a se pensar

estratégias para tentar modificar minimamente aquele local. Era frequente a queixa das mães em relação à falta de recursos para os bebês que não possuíam nenhum tipo de brinquedo, e que nem mesmo as famílias podiam entrar com esses objetos.

Rodas de conversa incentivaram as mulheres a pensar em projetos para enfeitar as celas e estimular, de alguma maneira, o ambiente para os bebês. Muitas idéias surgiram: cartazes, para deixar os espaços mais coloridos, chocalhos, mordedores ou móveis. Vale destacar que essas atividades não desresponsabilizam o poder público de realizar os devidos investimentos na construção e manutenção dos espaços prisionais, no sentido de garantir os direitos humanos da população atendida.

Por outro lado, destacamos a relevância de projetos que implicam os detentos na participação de atividades educativas e culturais para se pensar a reabilitação possível. Sob essa perspectiva, vale comentar que, como recurso de mobilização, os grupos para confecção de brinquedos resgataram, com as mães, as atividades de que gostavam de brincar quando crianças. Evidenciou-se, então, que muitas falavam de uma infância já ligada ao crime, da frustração por não possuir objetos de desejo e o roubo como tentativa de compensação, muitas vezes sob testemunho e cumplicidade dos familiares. Por isso mesmo, a confecção de objetos por elas próprias, que iam sendo usados pelos bebês e incorporados no espaço compartilhado, tornando-o investido por elas, teve um grande valor. Assim, as marcas de tinta que lambuzavam as mãos de mães e bebês, carimbadas nos cartazes, cartões, brinquedos, iam às vezes se espalhando pelo chão: corações, manchas coloridas, nomes, tornando o ambiente, pelo menos durante o grupo, mais lúdico e colorido. Alguns cartazes e objetos produzidos por elas acabaram sendo incorporadas ao espaço comum, enfeitando as paredes.

Concluindo

Entendemos que o trabalho desenvolvido pelos estagiários funcionava à base de um lento e paciente contágio, microafetações que, aos poucos, davam conta de resgatar uma sensação de vida necessária a um ambiente suficientemente bom, e por consequência, à mãe que geraria esse espaço em seu próprio corpo e em seu próprio espaço de residência provisória.

Visto que a assistência, cuidado e atenção às gestantes e puérperas em situação de privação de liberdade é um direito constitucional, consideramos de extrema importância garantir um trabalho voltado para esse público, de modo a proporcionar espaços em que a saúde psíquica possa estar em pauta, trabalhando a valorização dessas mulheres (mães ou futuras mães) não só no aspecto do ser mãe, como também no de ser mulher, contribuindo para o reconhecimento e responsabilização dessas mulheres para que possam desenvolver a maternidade do filho que vai nascer.

Mostra-se, também, a necessidade de se trabalhar, por um lado, com o processo de identificação dessas mães com os seus bebês e, por outro, de poder refletir e elaborar a conseqüente separação inerente à situação da dupla, fatores esses que se mostram essenciais para que essa mulher seja capaz de dar sustentação para a constituição psíquica da criança.

Os objetos produzidos durante os grupos possibilitaram que as mães materializassem o investimento em seus filhos, promovendo reflexões importantes acerca da construção de um projeto de vida para ambos, aspecto que se mostra essencial dentro de uma instituição prisional. Esses objetos ao mesmo tempo testemunhavam os processos que ali ocorriam, convocando todos que participavam da vida institucional a se posicionarem.

Pensamos ter demonstrado como foi possível tecer uma rede de sustentação simbólica, condição necessária para a constituição da subjetividade do sujeito humano, permitindo que ele ocupe o seu lugar de cidadão, num ambiente aparentemente hostil.

É, portanto, fundamental que se siga investindo não apenas na construção de presídios que satisfaçam às condições básicas de atendimento à população carcerária, respeitando os direitos humanos daqueles que lá convivem, mas também na formação dos trabalhadores desse sistema. A proximidade com a vulnerabilidade e violência características desse espaço mobiliza muita angústia e mecanismos de defesa, nem sempre adequados quando se almeja apoiar os direitos dos detentos.

A situação das mães e bebês no presídio torna essa questão mais aguda, como apontamos. Por essa razão, destacamos as possibilidades de integração entre diferentes setores técnicos e profissionais que ocorreram durante os estágios, assim como a realização de um Curso de Atualização Profissional em Assistência Materno-Infantil, realizados em 2013. Esse curso foi promovido pela

Coordenadoria de Saúde da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SAP), visando conjugar esforços na estruturação de ações referentes à temática da Assistência à Saúde Materno-Infantil e Reintegração Social das unidades femininas. Uma equipe de especialistas foi contratada para ministrar o curso para técnicos de saúde, assistentes sociais, agentes de segurança, trabalhadores de unidades prisionais da SAP que acolhem gestantes e púerperas em período de amamentação.

Oxalá a oportunidade de publicar este texto contribua e inspire o desenvolvimento de projetos semelhantes, constituindo-se em oportunidades criativas para que a população sob medida de privação de liberdade encontre alternativas de inserção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, R. O. (2008). Quem é esse bebê tão próximo, tão distante? In: ATEM, L.M. (org.) *Cuidados no início da vida*. S. Paulo: Casa do psicólogo p.179-188
- ARAGÃO, R. O. (2011). *Tornar-se mãe de seu próprio filho*. Curitiba: Honóris Causa.
- BERNARDINO, L. (2006). A abordagem psicanalítica do desenvolvimento infantil. In Bernardino, L. (org.) *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo: Escuta.
- BOWLBY, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIACHEFF, C. (1995). *Corpos que gritam- a psicanálise com bebês*. São Paulo: Ática.
- MALDONADO, M. T. (1990). *Maternidade e paternidade: A assistência no consultório e no hospital*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

- MALDONADO, M. T. (2002). *Psicologia da Gravidez - parto e puerpério*. 16ªed. São Paulo: Saraiva.
- MANNONI, M. (1982). *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARIN, I.S.K. (2010). *FEBEM, Família e Identidade. O lugar do Outro*. S. Paulo: Escuta (3ª edição).
- WINNICOTT, D. W. (2001). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, Martins Fontes.
- WINNICOTT, D. W. (1990). A capacidade de estar só. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1958.)
- WINNICOTT, D. W. (1975). *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.